



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



Vol. 9 – Nº 19 - Janeiro - Junho 2014  
Semestral

ISSN: 1809-6220

*Artigo:*

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM  
DA CRIANÇA ESPECIAL**

*Autoras:*

Silvana Hollerweger,<sup>1</sup>

Mirtes Bampi Santa Catarina,<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo- Erechim, RS. Endereço: Rua Pedro Uriarte Filho, 47. Erechim-RS. Cep: 99700000 [silvanahwg@gmail.com](mailto:silvanahwg@gmail.com)

<sup>2</sup> Historiadora, Professora do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo – Erechim, RS. Endereço: Rua João Tormen, 165. Erechim – RS. Cep: 99799 000 [mirtesbampi@hotmail.com](mailto:mirtesbampi@hotmail.com)

# A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA ESPECIAL

*[...] a deficiência intelectual não implica necessariamente problema de aprendizagem, ainda que possa ser um condicionante, dependendo de como a família signifique o dano intelectual. Aceitando e querendo ao deficiente, permitir-se-á que alcance o máximo de suas possibilidades (FERNÁNDEZ, 1991, p. 38).*

**Resumo:** A família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança, podendo proporcionar-lhe um ambiente de crescimento e desenvolvimento, especialmente em se tratando das crianças com deficiência intelectual, as quais requerem atenção e cuidados específicos. A influência da família no desenvolvimento de suas crianças se dá, primordialmente, através das relações estabelecidas por meio duma via fundamental: a comunicação. Considerando a importância da família para a compreensão do processo de desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual, este artigo, que foi embasado em uma pesquisa bibliográfica, apresenta um panorama geral, destacando: como a família e a sociedade tratavam o deficiente intelectual no passado; as mudanças que foram ocorrendo; as resistências que ainda persistem; a importância do acompanhamento, da motivação, do respeito à diversidade e do amor constante, bem como, a influência nas questões da aprendizagem.

**Palavras-chave:** família, deficiente intelectual, aprendizagem.

**Abstract:** The family is the first social universe of the child and can provide them with an environment of growth and development, especially in the case of children with intellectual disabilities, which require specific attention and care. The influence of the family in the development of their children occurs primarily through relationships established by a fundamental way: communication. Considering the importance of the family to understand the development process of children with intellectual disabilities, this article, which was based on a bibliographic research, provides an overview, highlighting: how family and society treated the poor intellectual in the past, the changes that were occurring; the resistance that still persist: the importance of monitoring, motivation, respect for diversity and constant love, as well as the influence in matters of learning.

**Keywords:** family, deficient intellectual, learning.

## 1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conhecer as ideias que nortearam a concepção acerca da deficiência mental, em cada período da história, nos auxilia a compreender o lugar da criança com necessidades especiais na nossa sociedade contemporânea.

Ao longo dos tempos as pessoas com deficiência foram vistas e tratadas de diferentes maneiras pela sociedade, conforme as concepções de homem, de sociedade, seus valores sociais, morais, religiosos e éticos. O conceito de deficiência mental tem relação com as concepções sociais e econômicas e os ideais que nortearam cada período da história da humanidade.

Na sociedade antiga, onde a perfeição do indivíduo era muito valorizada, as crianças deficientes eram deixadas ao relento para que morressem. Segundo Pessoti, “em Esparta,

crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono” (1984, p. 3).

Na Idade Média, devido influência da Igreja, o deficiente passou a ser visto como possuidor de alma, filho de Deus e, portanto, não eram mais abandonados, mas sim, acolhidos por instituições de caridade. Ao mesmo tempo, porém, os deficientes mentais eram considerados produtos da união entre mulher e demônio, o que justificava a queima de ambos, mãe e criança (SCHWARTZMAN, 1999). Além dessa prática, usavam-se também outras mais “amenas” como: punições, torturas e diversos tipos de maus-tratos no lidar com essas pessoas.

No século XVI, o deficiente mental já não era considerado criatura tomada pelo diabo e dignas de tortura e fogueira, mas sim, doentes ou vítimas de forças sobre-humanas, dignas de tratamento e complacência.

Nos dois séculos seguintes, ampliaram-se as concepções a respeito da deficiência em todas as áreas do conhecimento, favorecendo diferentes atitudes frente ao problema, isto é, da institucionalização ao ensino especial. Mas, foi somente no século XIX que se observou uma atitude de responsabilidade pública frente às necessidades do deficiente.

Ainda hoje, no sistema capitalista, a produção é exigida igualmente para todos os indivíduos e aqueles que não conseguem atingir as expectativas dos detentores da produção são vistos como desviantes, sendo o deficiente incluído nesta categoria. Esses valores levam à segregação dos indivíduos deficientes. Estes, por sua vez, são considerados incapazes e fracos, pois não se enquadram nos moldes produtivos do sistema vigente. Segundo Glat (1995), a rejeição da sociedade às pessoas deficientes mentais reflete a própria fragilidade social, pois tudo que é diferente e anormal chama atenção e pode causar variadas reações.

A “diferença” é parte inerente ao conceito de deficiência e traz em si mesmo a possibilidade do preconceito, caracterizada pela aversão ao diferente. A diferença poderia não traduzir esta forma de preconceito se fosse reconhecida como fazendo parte da essência humana.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/ exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões considerados normais. De formas distintas, a exclusão tem apresentado características

comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentada no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, ocorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização e produção de desigualdades, que fazem distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

### 1.1 COMO A FAMÍLIA AGIA

*...eu tenho que introduzir ele. Eu não posso chegar, porque meu filho é especial, é uma criança especial, e botar ele dentro de uma redoma de vidro e andar com ele feito um passarinho preso na gaiola... Pelo contrário, eu acho que para o desenvolvimento dele, inclusive, ele tem que ver outras pessoas... às vezes ele está vendo uma criança fazer um negócio ali, que ele sente vontade de fazer, e sente dificuldade, mas que ele vendo... ele acaba imitando e daqui há pouco acaba fazendo também...(GLAT e DUQUE, 2003, p. 97 - 98).*

Para que se possa construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, haver toda uma mudança no pensamento das pessoas e na estruturação da sociedade, isso requer certo tempo, mas, é a real aceitação das pessoas com necessidades especiais que irá nortear e desencadear essas mudanças e, essa aceitação deve começar pela própria família.

Antigamente, os pais não colocavam seus filhos “especiais”, cedo na escola, pois acreditavam que estes não teriam capacidade de aprender, de se desenvolver e de se relacionar com as demais crianças. Viviam no “achismo” de que a criança seria eternamente repleta de limitações. Que o máximo que poderiam fazer seria levá-la regularmente a médicos para acompanhar seu estado de saúde. Esses filhos que “fugiam do padrão comum” viviam segregados da vida social, eram tidos como anormais, sem nenhuma capacidade intelectual, espiritual, física, psíquica, etc. Eram rotulados como incapazes de terem uma vida saudável e comum. Quando os pais descobriam que eles precisavam também frequentar escolas, espaços sociáveis de interação, na maioria dos casos já eram um pouco tarde e muitas habilidades que poderiam ter sido desenvolvidas se perderam.

A falta de conhecimento, de informação acerca da deficiência levava muitos pais ao estado de desespero. Ficavam sem saber como agir, sentindo-se culpados, deprimidos desencadeando todo um processo depressivo em todos os componentes da família e deixavam,

na maioria dos casos, a criança especial de lado, sem a atenção devida. Como nos diz ARDORE 1988 (p. 8), a presença de uma criança deficiente mental na família afeta não somente os pais como também os outros membros da família e, muito especialmente, os irmãos.

## 1.2 AS MUDANÇAS E A INCLUSÃO

Em todas as culturas, a sociedade apresentou diferentes práticas sociais. Começou praticando a exclusão social, atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais (SASSAKI, 1997, p.160).

A partir da Conferência de Jontiem, em 1994, na Espanha, através da “Declaração de Salamanca”, surge a Inclusão Escolar com o objetivo de romper o paradigma educacional existente e com estrutura curricular fechada da escola. As pessoas com deficiências são reconhecidas como cidadãos e aceitas na escola.

Esta inclusão no campo educacional envolve um processo de reforma e reestruturação da instituição escolar como um todo, para que todos possam ter acesso a todas as oportunidades oferecidas pela escola.

A escola inclusiva pressupõe que todas as crianças possam aprender e fazer parte da vida escolar e social. Há a valorização à diversidade, a crença de que as diferenças fortalecem a todos os envolvidos. O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Desta forma, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

A educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos, direcionando suas ações para o atendimento às suas especificidades, orientando a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e desenvolvimento de práticas colaborativas.

Considerando que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto em que estão inseridas, torna-se necessário uma atuação pedagógica voltada para alterar a

situação de exclusão, reforçando a importância da participação de todos os envolvidos na promoção da aprendizagem dos alunos.

Com o passar dos anos, muitos conceitos foram mudando. A deficiência passou a ganhar novo enfoque e conseqüentemente, o deficiente começou a ser visto com mais carinho. As famílias começaram a receber maior apoio; no entanto, o preconceito e a discriminação sempre fizeram e ainda fazem parte da vida da criança com deficiência. Porém, para que a mudança aconteça é necessário mostrar a importância da família, da escola, da sociedade em geral e do poder público, para a efetivação dessas mudanças e para o desenvolvimento pleno das pessoas com necessidades especiais. “As deficiências não são fenômenos dos nossos dias. Sempre existiram e existirão” (CARVALHO, 1997, p. 36).

### 1.3 RESISTÊNCIAS AINDA HOJE

Os pais de crianças com deficiência(s) não se encontram mais preparados para enfrentar esta situação do que aqueles que têm filhos ditos normais. No entanto, a sociedade e, em especial, a escola costuma cobrar deles um conhecimento e um comportamento muito além do que eles podem apresentar quando se deparam com a dor da perda do filho que era esperado.

Buscaglia (1993) enumera alguns sentimentos próprios de pais que têm um filho com deficiência(s). Como a criança perfeita não veio, é comum o sentimento de autopiedade, onde aparecem a lamentação, a decepção e a descrença. Muitas mães culpam-se pela deficiência da criança, pensando que não se cuidaram o suficiente durante a gravidez.

Também é possível aparecer a vergonha, pois o desejo dos pais quando geram um filho é que este seja sua extensão e quando isso não acontece, os pais podem chegar a recusar-se a ver outras pessoas. O medo pode acompanhar os pais porque o desconhecido gera esse sentimento e eles podem pensar que não haverá escolas para os filhos e que estes poderão ser rejeitados pela sociedade. Outro sentimento que pode acompanhar o medo é a incerteza do futuro da criança e deles próprios. Pode acontecer um período de depressão, após o nascimento da criança, que é quando os pais procuram fugir da realidade, apresentando apatia e vazio por causa da profundidade da dor emocional.

Alguns pais poderão sufocar essa dor demonstrando alegria e tentarão mostrar para toda a família e amigos que a vida continuará normalmente. Este também pode ser um comportamento para esconder o real sentimento do momento. Sobre estes sentimentos descritos, o autor considera que, “Essa não é uma lista completa dos problemas especiais que

os pais de uma criança deficiente terão de enfrentar, mas foi elaborada para que os pais se conscientizem de que esses sentimentos são naturais, e de forma alguma podem ser considerados anormais” (BUSCAGLIA, 1993, p. 112).

A escola precisa reconhecer esse momento pelo qual os pais passam para poder auxiliá-los a entender e superar esta fase, levando-os a aceitar seu filho com otimismo e muito amor.

## **2 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA: PRESENÇA E ACOMPANHAMENTO**

A presença e acompanhamento da família, na vida de qualquer criança, é muito importante para o seu desenvolvimento pleno. Seu papel é o de oferecer-lhe um lugar onde possam desenvolver-se com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Este esforço torna-se, sem dúvida, mais difícil para as famílias dos deficientes. Quando isto acontece, se exige de cada membro familiar uma redefinição de papéis, cobrando-se deles mudanças de atitudes e novos estilos de vida.

Buscaglia considera esse período inicial da vida, como um dos mais importantes para o futuro das crianças com deficiência, pois “É nesse momento que receberão ajuda para formar atitudes básicas em relação à sua ótica futura – otimismo/ pessimismo, amor/ ódio, crescimento/ apatia, segurança/ frustração, alegria/ desespero – e ao aprendizado em geral” (1993, p. 36).

A principal importância da influência da família reside no fato de o lar e a vida familiar proporcionarem, através de seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da criança.

Cambruzzi em seu trabalho, afirma que:

é importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem à respeito do deficiente (1998, p.90).

### **2.1 ACEITAÇÃO**

O nascimento de uma criança com deficiência confronta toda a expectativa dos pais, e a família é acometida por uma situação inesperada. Os planos de futuro para essa criança são abdicados, e a experiência de parentalidade deve ser ressignificada. Segundo Silva e Dessen

(2001), a família passa por um processo de superação até que aceite a criança com deficiência mental e institua um ambiente familiar propício para a inclusão dessa criança.

Buscaglia (1997) destaca que, mesmo depois do impacto inicial, a presença de uma criança deficiente exige que o sistema se organize para atender as necessidades excepcionais. Esse processo pode durar dias, meses ou anos e mudar o estilo de vida da família, seus valores e papéis. A flexibilidade com que a família irá lidar com a situação depende das experiências prévias, aprendizado e personalidade dos seus membros.

Devido ao significado que o relacionamento fraterno adquire ao longo da vida, mudanças fundamentais na saúde e comportamento de um irmão irão afetar os outros, e essas mudanças correspondem sistematicamente às características da criança, da família, da doença ou deficiência. Segundo Casarin (1999), o diagnóstico da Síndrome de Down em um filho desencadeia, na família, um processo semelhante ao luto. Trata-se de um luto pela perda da fantasia do filho perfeito, da criança sadia. Alguns projetos e expectativas são desfeitos por conta da nova realidade, e a aceitação de um filho com deficiência exige uma reorganização dos valores e objetivos da família (AMIRALIAN, 1986). Os planos da família são geralmente postergados com o nascimento de uma criança, e alguns sacrifícios do casal são transitórios, mas, quando a criança nasce com deficiência, esse adiamento pode se prolongar.

## 2.2 MOTIVAÇÃO

Os pais de crianças com deficiência atuam como espelhos, que devolvem determinadas imagens ao filho. O afeto é muito parecido com o espelho. Quando demonstro afetividade por alguém, essa pessoa torna-se meu espelho e eu me torno o dela; e refletindo um no sentimento de afeto do outro, desenvolvemos o forte vínculo do amor, como muito bem escreve Rubem Alves “E é isto que eu desejo, que se reinstale (...) a linguagem do amor, para que as crianças redescubram a alegria de viver que nós mesmos já perdemos” (1995, p.155 ). Essência humana, em matéria de sentimentos.

É nesta interação afetiva que desenvolvemos nossos sentimentos positiva ou negativamente e construímos a nossa autoimagem. Se a família do deficiente não buscar, desde pequenino, a estimulação precoce adequada, se não acreditar que pode desenvolver inúmeras habilidades e se o rotular como incapaz, irá se formando nele uma imagem "pequena" de seu valor, assim poderemos ter uma pessoa com autoestima baixa.

Quando a criança tem êxito no que faz começa a confiar em suas capacidades. A família do deficiente pode ajudá-lo a criar bons sentimentos; é importante elogiá-lo e

incentivá-lo quando procura fazer alguma coisa, fazendo-o perceber que tem direito de sentir que é importante, que "pode aprender", que "consegue" e que é "respeitado".

Mas, para que a família desempenhe bem o seu papel, é importante que busque orientação, seja do próprio médico, de psicólogos ou em centros de atendimentos a deficientes, para que estabeleça metas realistas e adequadas às capacidades de seu filho, dando-lhe oportunidade de desenvolver-se sem superprotegê-lo ou sem pressioná-lo, nem compará-lo com outras crianças.

O excesso de cobrança em relação ao desempenho da criança deficiente, também pode gerar obstáculos no seu desenvolvimento. Há pais que criam fantasias, e na ânsia de ver seu filho progredir, causam crises de ansiedade capazes de desencadear problemas e dificuldades em lidar com frustrações.

Atribui-se aos pais a responsabilidade pela formação da autoestima da pessoa com deficiência vinculando-se, portanto, a sua função quanto a formação emocional. Consequentemente os pais contribuem para a superação dos efeitos negativos da deficiência, favorecendo assim, a própria aceitação de sua condição (ROSS, 1998, p. 241).

### 2.3 RESPEITO À DIVERSIDADE

Permitir-se a construção de uma escola aberta à diversidade é, antes de tudo, resgatar inúmeros pré-conceitos e pré-concepções que sustentam os argumentos que acabam por fundamentar e legitimar de forma inconsciente a prática profissional.

O trabalho com os alunos com deficiência tem, especialmente, o objetivo de resgatar a sua autoestima e sua identidade, partindo da valorização de suas potencialidades e respeitando suas limitações.

Sendo assim, confirma-se o fato de a família constituir-se como base indispensável para todas as pessoas. A criança necessita intensamente do seu grupo familiar, e a criança com deficiência precisa ainda mais; dependendo dele intensamente. É nele que a criança irá desenvolver o seu processo de maturação, adquirindo habilidades motoras de que necessita. Necessita também, desenvolver as noções psíquicas relativas a tais habilidades, para que possa assim crescer e transformar-se em adulto.

Os pais têm a função principal de ensinar aos filhos as noções destinadas à defesa da vida, ensinar habilidades psicofísicas que vão se formando na criança, no decorrer de seu desenvolvimento evolutivo, até alcançar a maturidade adulta.

A vida em sociedade é complexa, e caracterizada pela convivência de pessoas diferentes; a inclusão sugere a integração de todas as pessoas de maneira a construir um entendimento comum de que a unidade e a pluralidade silenciem a existência humana na condição de diferente e anule a exclusão.

É direito de toda criança com deficiência ser aceita como é, primeiramente no âmbito familiar, seguindo-se da escola e na sociedade; respeitada como qualquer cidadão, com direitos e deveres, mesmo sendo ela diferente.

## 2.4 AMOR INCONDICIONAL

Ninguém nasce irmão de deficiente, é preciso aprender a sê-lo. Bettelheim nos fala da importância do coração informado, ou seja, da afetividade cercada de conhecimento para melhores condições de sobrevivência e inter-relacionamento com o semelhante. Em relação ao irmão do deficiente isto é ainda mais verdadeiro. É necessário, para aceitá-lo afetivamente, compreendê-lo, aprender a conhecê-lo bem em suas virtudes e defeitos e saber trabalhar afetiva e intelectualmente, essas relações. Isso é possível quando há o amor incondicional.

O amor incondicional é pleno, completo, absoluto, generoso, altruísta e infinito. Este amor não impõe condições ou limites para amar. Quem ama de forma incondicional não espera nada em troca. O amor está em primeiro lugar.

O “amor de mãe”, que é dado livremente, independente do que recebe de volta é o típico “amor incondicional”. A relação em uma família que tem amor incondicional há amor sem ter razões ou pré-requisitos. Enquanto que o amor condicional requer algum tipo de troca, é finito, o amor é dado apenas com base em determinadas condições (conscientes ou não) satisfeitas.

Na família em que os pais amam incondicionalmente há amor além, apesar das ilusões, amor sem esperar retorno, há condições para que a criança desenvolva sua autoestima e autoconfiança.

A autoconfiança leva a criança a acreditar em suas capacidades. Para que esta competência seja desenvolvida, é fundamental que a família acompanhe e valorize o seu sucesso e a encoraje nos momentos difíceis, para que os insucessos tornem-se oportunidades de crescimento. Desta forma, a criança estará aceitando-se a si própria, com suas virtudes e limitações, alimentando a sua autoestima.

Estimulando a criança de forma positiva, capacitando-a a sonhar, atingir metas, ter prazer nos processos que se envolvem, transmitindo-lhe amor incondicional, a criança sentirá

maior motivação, buscando melhorar naquilo que pode sem a pressão de um ideal imposto pelos pais. A criança sabe que é aceita e amada incondicionalmente.

### **3 INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM**

A relação entre a escola e a família dos educando ainda possui muitos mitos. Ocorre muitas vezes um descompasso de ideias, apesar de ambas terem um objetivo central: o desenvolvimento das crianças. Esse descompasso pode ser causado por falta ou falha na comunicação entre as partes envolvidas, por não ser diferenciado os papéis de cada um durante o processo educacional, podendo levar ao conflito.

A escola, depois da família, é o espaço primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança. A inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário, faz parte da atual política educacional brasileira. Contudo, todo o trabalho realizado pela escola terá maior êxito, se acompanhado diretamente pelos membros da família dos deficientes. Esse trabalho de acompanhamento dá, primeiramente, segurança à criança e permite a ela desenvolver as suas habilidades de forma mais tranquila.

Alguns pais ainda não se conscientizaram da importância do apoio deles junto à instituição escolar de seus filhos, como também escolas que não incentivam essa parceria dos familiares na instituição. Parolin (2003) nos lembra que os objetivos da escola e famílias são os mesmos, preparar a criança para o mundo. Esse autor enfatiza a importância da participação da família no processo educativo.

Para a criança com necessidades educacionais especiais essa parceria é fundamental. A escola deve estreitar ao máximo essa relação, oportunizando um convívio maior dos pais dentro da escola para auxiliar no desenvolvimento.

Davis coloca que "o envolvimento dos pais proporciona benefícios a vários níveis: às crianças, aos pais, às escolas e, generalizando, infere melhorias na sociedade democrática". (DAVIS, 1989, p. 37).

Nesse sentido, essa interação assume algumas funções, destacando-se: demonstração de amizade, passando confiança e coragem pra criança; pais cooperantes no processo de ensino-aprendizagem; tomada de conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento da criança e obtenção de informações do ambiente da casa e da rotina diária da criança.

A oportunidade de convívio com pessoas não portadoras de deficiência torna possível uma vida de normalidade para o portador de deficiência, que pode se perceber como uma pessoa capaz e se desenvolver em todos os aspectos.

Escola e família devem caminhar juntas no processo de aprendizagem. Segundo Buscaglia a família e a própria pessoa com deficiência(s), quando possível, são as personagens centrais no processo interdisciplinar de acompanhamento.

[...] Estudos relacionados ao desenvolvimento paterno revelam o grande valor de pais bem informados como parte da equipe de reabilitação. Contudo, os pais só poderão prestar alguma ajuda se forem tratados com a mesma dignidade, consideração e respeito que qualquer outro membro da equipe poderia esperar [...] (1993, p. 283).

Cury destaca a importância do trabalho a ser realizado pela escola de forma conjunta com as famílias, quando afirma: “Pais e professores são parceiros na fantástica empreitada da educação” (2003, p.54).

O autor também salienta a questão de os pais nunca desistirem de seus filhos assim como os professores nunca devem desistir de seus alunos, bem como, a escola deve aproximar-se a cada dia mais das famílias de seus alunos e formar com elas um trabalho de parceria.

O trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento constitui um fator decisivo no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo indispensável para a construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. Contudo, esse processo requer, para sua efetivação, a ação de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade, de modo a se promover uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Histórias de quem gosta de ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

AMIRALIAN, M.L.T.M. **Psicologia do Excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

ARDORE, Marilena. **Eu tenho um irmão deficiente... Vamos conversar sobre isto?.** São Paulo, Edições Paulinas, 1988.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez.** Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CARVALHO, Rosita Edler. **Fundamentos teórico-metodológicos para a atuação junto ao aluno com dificuldades de aprendizagem ou limitações intelectuais.** Sergipe: CINTEP-PB, 1997. P. 05-10.

CASARIN, S. **Aspectos Psicológicos na Síndrome de Down.** In: J. S. Schwartzman (ed.). Síndrome de Down. São Paulo: Mackenzie, 1999.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** 21.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência aprisionada:** abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês:** depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.

\_\_\_\_\_. **A integração social dos portadores de deficiência:** uma reflexão. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. & DUQUE, M. A. T. **Convivendo com filhos especiais:** o olhar paterno. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003.

PESSOTI, I. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP. 1984.

ROSS, Paulo Ricardo. **Pressupostos da integração:** Integração frente à realidade educacional. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, p. 239-43, 1998.

SCHWARTZMAN, J.S. Histórico. Em J.S. Schwartzman (Org.), **Síndrome de Down** (p. 3-15). São Paulo: Mackenzie, 1999.

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. **Deficiência Mental e Família:** Implicações para o Desenvolvimento da Criança. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17, n. 2, p. 133-141, 2001.